

NECESSIDADES DAS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS FOI TEMA DA REUNIÃO COM A SECRETÁRIA DE ESTADO DA PROTEÇÃO CIVIL

A presidente e o vice-presidente da Câmara Municipal de Anadia, Maria Teresa Cardoso e Jorge Sampaio, participaram, esta segunda-feira (13 de fevereiro), no auditório do Museu do Vinho Bairrada, numa reunião com a secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar. A reunião contou também com a presença do presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Duarte Costa, e com a diretora nacional de bombeiros, Susana Silva. O representante da Comunidade Intermunicipal de Aveiro (CIRA) e da presidente da Câmara Municipal de Vagos, Silvério Regalado, o comandante e 2.º comandante regional do Centro, o comandante e 2.º comandante sub-regional de Emergência e Proteção Civil, os presidentes das associações humanitárias de bombeiros voluntários e respetivos comandantes das várias corporações da CIRA e a Federação de Bombeiros do Distrito de Aveiro estiveram também presentes na sessão.

Esta reunião inseriu-se num périplo de encontros que a secretária de Estado da Proteção Civil tem vindo a levar a cabo nas 24 sub-regiões de Portugal, tendo como objetivo auscultar as reivindicações e necessidades das várias corporações de bombeiros. A sessão serviu ainda para fazer um enquadramento e divulgar as oportunidades de financiamento que poderão ser aproveitadas no quadro de financiamento 2030.

Maria Teresa Cardoso aproveitou a ocasião para manifestar algumas das preocupações do Município de Anadia relativamente à transferência de competências para as autarquias e aos fundos do próximo quadro comunitário que serão contratualizados com as comunidades intermunicipais, onde se prevê incluir as verbas de apoio à proteção civil.

Além dos investimentos em infraestruturas, veículos, equipamentos de proteção individual e formação, todos os intervenientes expressaram a necessidade de rever a carreira dos bombeiros, a diretiva financeira e a sua aplicabilidade a todas as ocorrências, os seguros pessoais dos bombeiros, bem como a necessidade de a tutela reforçar o apoio para pagamento do seguro das viaturas das corporações, as dívidas da saúde às associações e o apoio para o gasóleo ou a redução do seu custo, entre outras.

De acordo com o Governo, estão previstos no Portugal 2030 investimento em infraestruturas, em sistemas de prevenção, em ferramentas de apoio à tomada de decisão e em meios de combate a incêndios rurais, apoio na elaboração de planos locais, sub-regionais ou regionais de

prevenção e gestão de riscos e reforço da informação, sensibilização e competências em gestão de crises, num valor indicativo de 122 milhões de euros, dos quais 42 milhões serão afetos à região Centro.



NI_41